



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO

(Do Sr. Capitão Alberto Neto)

Requer do Ministro de Estado da Integração e do Desenvolvimento Regional informações a respeito das medidas preventivas e emergenciais adotadas diante dos alertas de fortes chuvas e risco de alagamentos em municípios do Estado do Amazonas.

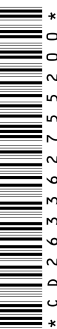
Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requero seja encaminhado ao Ministro de Estado da Integração e do Desenvolvimento Regional informações a respeito das medidas preventivas e emergenciais adotadas diante dos alertas de fortes chuvas e risco de alagamentos em municípios do Estado do Amazonas. Assim, questiono:

- 1) Quais ações preventivas foram adotadas pelo Governo Federal diante dos alertas de tempestades no Estado do Amazonas?
- 2) Há monitoramento específico para os municípios em alerta laranja? Quais órgãos estão envolvidos?
- 3) Existe plano de contingência específico para atendimento às populações atingidas por alagamentos nessas localidades?
- 4) Quais recursos federais já foram disponibilizados (ou estão previstos) para apoio aos municípios afetados?
- 5) Há previsão de ações emergenciais voltadas à garantia de abastecimento de água, alimentos e atendimento de saúde nas áreas atingidas?

Justificativa

De acordo com informações divulgadas pelo Instituto Nacional de Meteorologia (INMET), dezesseis municípios do Amazonas foram colocados em alerta laranja, indicando perigo potencial de tempestades com elevado volume de chuvas e ventos intensos.





Câmara dos Deputados
Gabinete do **Deputado Capitão Alberto Neto** – PL/AM

Entre os municípios afetados estão Apuí, Humaitá, Manicoré, Maués, Novo Aripuanã, Atalaia do Norte, Benjamin Constant, Boca do Acre, Eirunepé, Envira, Guajará, Ipixuna, Itamarati, Jutai, Pauini e São Paulo de Olivença.

A previsão aponta para acumulados de até 100 milímetros de chuva por dia, com ventos que podem atingir 60 km/h, cenário que eleva significativamente o risco de alagamentos, danos à infraestrutura, interrupção de serviços essenciais e impactos diretos à população, especialmente em áreas ribeirinhas e comunidades isoladas.

A situação é ainda mais preocupante quando se considera a realidade amazônica, marcada por grandes distâncias, dificuldades logísticas e limitada infraestrutura urbana em muitos municípios do interior. Nessas regiões, eventos climáticos extremos frequentemente resultam em isolamento de comunidades, prejuízos à produção local, contaminação de água e agravamento de problemas de saúde pública.

Além disso, o período de cheia dos rios intensifica os efeitos das chuvas, ampliando o risco de inundações e atingindo diretamente populações vulneráveis, que muitas vezes dependem de assistência emergencial para garantir condições mínimas de sobrevivência.

Diante desse cenário, torna-se fundamental compreender quais medidas preventivas estão sendo adotadas pelo Governo Federal, bem como a capacidade de resposta para situações de emergência, sobretudo em regiões de difícil acesso.

Brasília, 15 de abril de 2026.

CAPITÃO ALBERTO NETO
DEPUTADO FEDERAL
PL/AM

